



**QUERCUS ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018

ÍNDICE

• Identificação .....	2
• Referencial contabilístico de preparação das demonstrações Financeiras .....	2
• Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
• Principais políticas contabilísticas .....	3
• Activos fixos tangíveis .....	4
• Inventários .....	7
• Rendimentos e gastos .....	8
• Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	9
• Subsídios .....	10
• Instrumentos financeiros .....	11
• Fluxos de caixa .....	12
• Fundos patrimoniais .....	12
• Benefícios dos empregados .....	15
• Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
• Outras informações .....	18



## **EMPRESA: QUERCUS ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

### **ANEXO**

**31 de Dezembro de 2018**

---

O presente **Anexo**, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2018, procede à compilação das divulgações que a Associação considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

As notas não mencionadas, não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram no exercício em causa.

#### **1. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 - Denominação da entidade:** Quercus Associação Nacional de Conservação da Natureza  
**NIF :** 501736492

**1.2 – Lugar da sede social:** Centro Associativo do Calhau , Bairro do Calhau  
1500-045 Lisboa

**1.3 - Natureza da actividade:** Associação sem fins lucrativos na defesa do ambiente

#### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 –** As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho.

**2.2 –** Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.



### **2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

Não houve alterações nos procedimentos

## **3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **3.1 – Principais políticas contabilísticas**

#### **a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

#### **b) Outras políticas contabilísticas:**

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

#### **c) Principais pressupostos relativos ao futuro:**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.

Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transações passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

#### **d) Principais fontes de incerteza das estimativas:**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

### **3.2 - ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As políticas contabilísticas não foram alteradas.



### 3.3 – ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não houve alterações

### 3.4 – CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

## 4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

#### a) Critérios de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

#### b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização.

#### c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto regulamentar número 25/2009 de 14 de setembro, com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento básico	7 e 20 anos
Equipamento administrativo	3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	4 a 14 anos



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

#### d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Neste exercício as variações de activos fixos foram as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	Saldo Inicial 1/01/2018	Reaval/Ajust.	Aumentos	Alienações	Transf/Abates	Saldo Final 31/12/2018
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	660.072,68		13 859,80			673 932,48
Edifícios e outras construções	244.743,34					244 743,34
Equipamento básico	281 797,37		12 475,58			294 272,95
Equipamento de transporte	254 347,27		23 000,00			277 347,27
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo	63 595,48		21 320,94			84 916,42
Equipamentos Biológicos	60 211,00			5229,91	17 931,12	37 049,97
Outros activos fixos tangíveis						
	1 564 767,14					1 612 262,43
Activos fixos tangíveis em curso	200 278,72					200 278,72
Ativos intangíveis	280 730,75					280 730,75

DEPRECIACÕES E AJUSTAMENTOS				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anul/Reversão	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	190 842,89	12 133,57		202 976,46
Equipamento básico	240 695,72	11 998,10		525 693,82
Equipamento de transporte	257 443,71	1 715,00		259 158,71
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	58 871,14	4 888,55		63 759,69
Equipamentos Biológicos	37 050,00			37 050,00
Outros ativos fixos tangíveis				
	784 903,46	30 735,22		815 638,68



	Ativos fixos tangíveis	Depreciações	Ativos fixos em curso	Ativos intangíveis	Valor final dos ativos
<b>RESUMO</b>	1 612 262,43	815 638,68	200 278,72	280 730,75	1 277 633,22

Os aumentos mais significativos de ativos traduziram-se na aquisição de um prédio rústico sito em Espinhal na freguesia da Bendada no valor de 13 100,00€; na aquisição de uma viatura no valor de 23 000,00€ para o projeto Compatibilidade Gestão Cinegética Conservação da Natureza cc 300629 participado pelo Fundo Ambiental.

Foram recebidos donativos em espécie no valor de 17 391,00 referentes a equipamentos informáticos e equipamentos de frio.

Sobre o prédio rustico Monte Barata recai uma hipoteca para garantia do empréstimo para aquisição do “Monte Lopes” .

#### 4.2 – DIVULGAÇÕES SOBRE RESTRIÇÕES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos

b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

CONTRATOS PROMESSA DE COMPRA E VENDA		
Terrenos	2018	2017
Rosmaninhal (5 lotes)	6 110,27	6 110,27
Belazaima Chão (5 lotes)	13 200,00	13 200,00
Azabucho	5 250,00	5 250,00
Outros	5 100,00	5 100,00
<b>TOTAL</b>	<b>29 660,27</b>	<b>29 660,27</b>

Estes contratos de promessa de compra e venda são bastante antigos que continuam a aguardar a possibilidade de escritura definitiva.

#### 5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

ATIVOS INTANGÍVEIS		
	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Ferramentas Multimédia	280 730,75	114 418,14
No âmbito do projeto POSEUR-15-2015-13		
<b>TOTAL</b>	<b>280 730,75</b>	<b>114 418,14</b>

Valor referente à implementação do projeto “Os Fantásticos da Natureza” que se encontra concluído.

No presente exercício o gasto com o desenvolvimento deste projeto foi de 166 312,61€.



## 6 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

### 6.1 – Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

	2018	2017
Valor inicial do empréstimo	150 000,00	150 000,00
Custo do empréstimo	4 924,35	3 641,92

Empréstimo associado à aquisição do prédio rustico “Monte Lopes”

## 7 – INVENTÁRIOS

### 7.1 – Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Associação possui na sua “Loja OnLine” e distribuído pelos vários núcleos um conjunto de folhetos e livros informativos, artigos com imagem da associação, obras literárias e outros artigos que são disponibilizados aos sócios, através de venda.

Estes artigos estão mensurados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

### 7.2 – Quantia total escriturada de inventários

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS M.PRIMAS CONSUMIDAS		
Movimentos	Mercadorias 2018	Mercadorias 2017
Existências iniciais	45 972,41	52 180,49
Compras	1 905,00	55 730,77
Regularização de existências		-5 203,63
Existências finais	47 657,88	45 972,41
Custos no exercício	219,53	56 735,22

Por falta de informação o valor do custo das existências vendidas teve por base a percentagem de margem aplicada em exercícios anteriores.



## 8 – RENDIMENTOS E GASTOS

### 8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos estatutários, que correspondem essencialmente a quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu recebimento e especializados em função de ano a que respeitam.

Os subsídios contabilizados dizem respeito à especialização dos mesmos em função dos gastos incorridos nos projectos que lhes são afectos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

RÉDITOS		
Categoria	2018	2017
Vendas de bens	1 428,08	8 447,92
Prestações de serviços	132 600,63	171 064,46
Donativos	690 779,39	635 121,30
Receitas estatutárias - quotas	20 905,93	21 942,68
Reembolso de despesas	4 132,23	
Variações nos inventários	12 400,00	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>862 246,26</b>	<b>836 576,36</b>
Subsídios	712 670,32	360 354,86
Outros rendimentos e ganhos	17 653,76	6 394,84
Juros	1,79	108,20
<b>TOTAL</b>	<b>1 592 572,13</b>	<b>1 203 434,26</b>

No que concerne aos subsídios à exploração, e analisando o exercício de 2018, importa destacar como principais entidades financiadoras: IEFP (10 331,23€), IFAP (138 177,30€), Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (228 151,63€) no âmbito do POISE, Universidade de Évora (72 972,90€), Fundo Ambiental (203 831,51€), Turismo de Portugal (11 729,89€), Universidade de Cordoba (29 622,00€), entre outros.

Relativamente à rubrica Outros Rendimentos e Ganhos à salientar a venda de duas viaturas pelo valor de 5 000,00€, e a proveitos referentes ao exercício anterior no valor de 12 442,20€.





## 9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

### 9.1 – Provisões

Sempre que a Associação reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual e fiável.

À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

MOVIMENTOS OCORRIDOS NA PROVISÕES				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para pensões				
Provisões para impostos				
Provisões p/proc. judiciais curso	0,00			0,00
Provisões p/acidentes trabalho				
Provisões p/garantias clientes				
Outras provisões				
Total	0,00		0,00	0,00

Neste exercício não foram reconhecidas quaisquer provisões.

## 10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

### Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.



A Associação reconhece subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento dos vários projectos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- A Associação tem vários projectos financiados, dos quais se destacam os seguintes:

	PROJETO	TOTAL FINANCIADO	VALOR RECEBIDO EXERCICIO 2018	VALOR IMPUTADO NO EXERCICIO 2018	RENDIMENTO RECONHECIDO EXERCICIO 2018
Subsídios estado					
IFAP	vários	140 880,25	25 462,08	112 715,22	138 177,30
IGFSS	POISE	897795,00	123 533,24	104 618,39	228 151,63
Fundo Ambiental	vários	463 091,00	398 148,53	203 831,51	203 831,51
Turismo de Portugal	Minuto Verde		8 999,91	2 729,98	11 729,89
IEFP	Estágios			10 331,23	10 331,23
Transptry Environment			3 502,50		3 502,50
Universidade Cordoba	Life Adapt	98 740,00	29 622,00		29 622,00
	Interreg Prodesa	40 000,00	0,00	13 357,49	13 357,49
	Interreg ALICE	96 592,04	7 110,00	25 008,76	25 008,76
				462 261,35	<b>712 670,32</b>

No presente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 462 261,35€ referente a subsídios à exploração de acordo com o princípio da especialização.

### 10.1 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

MOVIMENTOS OCORRIDOS EM UTRAS VARIACÕES FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO				
Agencia Desenvolvimento. Coesão - POSEUR	114 418,14	130 346,80		244 764,94
Turismo de Portugal – Programa Valorizar	370 000,00			370 000,00

O aumento nesta rubrica deveu-se ao acerto do valor contabilizado na conta #28 Proveitos a reconhecer (Subsídios à Exploração) referente ao projeto “Fantásticos da Natureza” POSEUR e que deve estar na rubrica #59 Subsídios ao Investimento uma vez que este projeto diz respeito a um ativo intangível.



## **10.2 – Benefícios sem valor atribuído**

*Não aplicável*

## **10.3 - Principais doadores/fontes de fundos**

Os principais doadores de fundos foram pessoas coletivas com um contributo no montante de 617 587,46 € .

## **11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

### **11.1 – Bases de mensuração e políticas relevantes**

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objectiva da incobabilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

### **Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

### **Instrumentos financeiros de médio e longo prazo**

Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso, utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efectivo.

### **11.2 - Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.



## Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, sendo os juros creditados na conta depósitos à ordem, na data do respectivo vencimento.

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa, depósitos bancários e outros investimentos:

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	27 323,00	8 921,64	25 428,37	10 816,27
Depósitos à ordem	222 612,58	2 985 944,74	2 974 690,41	233 866,91
Outros depósitos bancários	1 463,58	1,79	0,45	1 464,92
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>251 399,16</b>			<b>246 148,10</b>
Dos quais: depósitos bancários no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fundos Investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 11.3 – Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais são constituídos por Reservas e por Resultados Transitados.

Na rubrica #593 Subsídios encontra-se reconhecido o valor para subsídio ao investimento no âmbito do projeto POSEUR-03-2215-13 “Os Fantásticos da Natureza”, bem como o subsídio do Turismo de Portugal no âmbito do Projeto “Monte Barata – WildLife Tourism”

VARIÇÕES NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundo Social				
Reservas	747 060,78			747 060,78
Resultados transitados	187 799,99	183 516,79		4 283,20
Outras variações Fundos Patrimoniais:				
Subsídios	484 418,14		130 346,80	614 764,94
<b>Total</b>	<b>1 419 278,91</b>			<b>1 366 108,92</b>



#### 11.4 – Ativos financeiros dados em garantia

Não aplicável

#### 11.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### Fornecedores e outros credores

A 31 de Dezembro de 2018 a conta de fornecedores e outras contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

FORNECEDORES E OUTROS CREDORES			
Rubricas	31/12/2018	31/12/2017	
Fornecedores c/c	130 843,31	211 726,44	
Estado e outros entes publicos	22 524,83	22 269,90	
Credores diversos	352 413,21	119 297,50	
Financiamentos obtidos	101 362,59	224 652,57	
<b>TOTAL</b>	<b>606 694,29</b>	<b>577 946,41</b>	

Os financiamentos obtidos no montante de 101 362,59€ dizem respeito:

- Empréstimo Bancário para aquisição do terreno “Monte Lopes” – 97 140,42€
- Utilização cartão de crédito – 4 222,17€

Nos credores diversos para além dos valores em crédito de prestadores de serviços e da conta de Pessoal e voluntários que ascende a 41 711€, consta um crédito de apoio financeiro para a execução de atividades no âmbito do POISE por parte da Regibio, Lda no valor de 143 300,57€ e 74 000,00€ referente a cauções recebidas conforme regulamento das contratações publicas.

As contas a pagar resultam da atividade normal, não existindo situações de mora embora os prazos médios de pagamento a fornecedores estejam um pouco acima do desejável.

#### 11.6 – Ajustamentos

Não aplicável



## 11.7 – Dividas à entidade reconhecidas à data do balanço

### a) Dividas à entidade

O saldo da conta clientes corresponde aos serviços prestados pela Associação, corresponde ao valor nominal do serviço prestado com probabilidade razoável de ser recebido no horizonte de um ano.

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES			
Rubricas	31/12/2018	31/12/2017	
Cientes c/c	40 872,69	50 685,34	
Adiant fornecedores	0,00	0,00	
Estado e out Ent Publ	441,67	0,00	
<b>Subtotal</b>	<b>41 314,36</b>	<b>50 685,34</b>	
<b>Outras contas a receber:</b>			
Quotas sócios	971,40	1 028,35	
Devedores diversos	1 317 329,56	685 254,79	
Contratos promessa	29 660,27	29 660,27	
<b>Subtotal</b>	<b>1 347 961,23</b>	<b>715 943,41</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>1 389 275,59</b>	<b>766 628,75</b>	

Os principais componentes da rubrica “Devedores Diversos” dizem respeito a montantes a receber no âmbito dos projetos Interreg Alice ( 96 592,04€), Interreg Prodesa (40 000,00€), PDR2020 (140 880,25€), POISE (603 443,80€) e Turismo de Portugal (280 000,00€), Agencia de Desenvolvimento e Coesão (15 137,02€), encontrando-se também ainda registado o valor de 6 734,40€ do projeto Bodensee-Stiftung.

Há a salientar ainda os empréstimos e/ou adiantamentos refletidos na conta Pessoal c/c e que se encontram por regularizar a 31/12/2018 e que são mais significativos:

- Vanessa Mota: 3 716,83€ (tem um acordo de pagamento mensal)
- Samuel Infante: 9 702,35€



## b) Diferimentos

Em decorrência da adoção do princípio da periodização económica, foram diferidos para os períodos subsequentes a que respeitam quer os gastos já pagos, quer os rendimentos já recebidos, conforme o quadro seguinte:

DIFERIMENTOS		
	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Seguros	7 909,38	8 609,29
Rendas e alugueres		
<b>Gastos com projetos Lifes</b>		
Outros gastos	535,73	
<b>TOTAL DE GASTOS A RECONHECER</b>	<b>8 445,11</b>	<b>8 609,29</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Quotas de Sócios	1 234,00	3 668,15
Subsídios à Exploração	878 873,30	
Rendimentos com projetos Programa Valorizar		2 729,98
Rendimentos com outros organismos (Bodensee)		1 228,30
Rendimentos com outros organismos (POSEUR)		130 346,80
<b>TOTAL DE PROVEITOS A RECONHECER</b>	<b>880 107,30</b>	<b>137 973,23</b>

## 12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 12.1-Pessoal ao serviço da empresa :

O número médio de trabalhadores no exercício foi de 16.

### Benefícios dos empregados e encargos da entidade:

GASTOS COM PESSOAL		
Descrição	2018	2017
Remunerações com pessoal	239 058,62	333 267,61
Indemnizações	16 698,81	2 359,55
Encargos sobre remunerações	47 742,55	64 368,24
Seguros acidentes de trabalho	5 712,15	3 487,89
Gastos acção social		
Outros gastos com pessoal	187,42	493,67
<b>TOTAL</b>	<b>306 399,55</b>	<b>403 976,96</b>



### 13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não existem factos relevantes conhecidos

### 14 – AGRICULTURA

*Não aplicável*

### 15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

**15.1 – Quantia agregada ao dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecida como gasto durante o exercício.**

*Não aplicável*

### 16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

**16.1 – *Não aplicável***

**16.2 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:**

**Informação por actividade económica:**

REPARTIÇÃO DE VALORES POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS E MERCADOS GEOGRÁFICO		
	2018	2017
Mercado interno:		
Vendas	1 428,08	8 447,92
Prestações de serviços	848 418,18	167 249,67
Compras	1 905,00	55 730,77
Fornecim. e serviços externos	1 089 248,63	892 717,41
Custo das mercad.e mat.consum.	219,53	56 735,22





### Outros gastos e perdas:

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Descrição	2018	2017
Impostos (IMI, IMT, IVA, Taxas)	2 549,86	3 550,27
Multas e coimas	1 438,35	218,75
Perdas em inventários ativos	5 229,91	
Menos valias – Venda ativos	17 931,12	
Donativos	7 935,00	4 300,00
Quotizações	3 885,17	4 770,65
Ofertas de inventários		1 131,90
Gastos exercício anterior	21 232,82	34 711,78
Outros gastos		
<b>Total</b>	<b>60 212,23</b>	<b>48 683,35</b>
Juros suportados	5 279,83	5 228,39
<b>Total</b>	<b>65 482,06</b>	<b>53 911,74</b>

Os gastos de exercícios anteriores dizem respeito a documentos referentes a despesas do exercício anterior não contabilizados pelo facto de só terem sido enviados para a contabilidade no decorrer deste exercício, ou por documentos referentes a serviços prestados no ano anterior independentemente da data do mesmo.

Neste exercício há a assinalar a quebra e menos valia registada nos ativos biológicos (31 cabeças de gado bovino) no montante de 23 161,03€ .

### Outros rendimentos e ganhos:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Descrição	2018	2017
Alienações ativos	5 000,00	100,00
Proveitos de exercícios anteriores	5 791,64	5 773,43
Correções exercícios anteriores	12 442,20	447,15
Imputação subsídios ao investimento		
Reembolsos de despesas		
Descontos obtidos	211,56	74,26
<b>Total</b>	<b>17 653,76</b>	<b>6 394,84</b>
Juros obtidos	1,79	108,20
<b>Total</b>	<b>17 655,55</b>	<b>6 503,04</b>

Os proveitos de exercícios anteriores dizem respeito a documentos referentes a receitas do exercício anterior não contabilizados pelo facto de só terem sido enviados para a contabilidade no decorrer deste exercício, quanto às correções têm a haver sobretudo com notas de crédito de fornecedores de 2017 e só entregues na contabilidade no presente exercício.



### **16.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

A Quercus Associação Nacional de Conservação da Natureza é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do CIRC , pelo Ministério das Finanças.

Contudo e pelo facto de termos vendas fora do âmbito da isenção em 2018 o valor dessas vendas cifraram-se nos 1 428,08€ tendo o custo das mercadorias vendidas sido 219,53€ obtendo-se assim um resultado fiscal de 1 208,55€.

Sobre este resultado incide a taxa de 21% de IRC, tendo sido estimado o imposto a pagar no valor de 261,23€.

#### **Outras divulgações**

A Direcção Nacional informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção Nacional informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que :

- Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
- Os honorários facturados no exercício de 2018 pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a: Revisão Legal de Contas , Auditoria de Projectos e Outros Serviços, perfazendo um valor total de 4 733,05 euros.

Existem processos judiciais em curso, para os quais não foi constituída qualquer provisão, uma vez que a probabilidade de culpabilidade por parte da Associação é remota.

Nota final: No presente exercício a estrutura do CRASM não apresentou qualquer documentação nem foi possível confirmar movimentos de conta bancária.

Na continuação do trabalho iniciado em exercícios anteriores, procurou-se fazer um esforço para corrigir imprecisões ocorridas em anos transatos, de modo a que as demonstrações financeiras apresentadas nesta data retratem de forma o mais exato possível a posição financeira da Associação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO NACIONAL